



Simulado Especial

SEFAZ RR

Técnico de Tributos Estaduais
Pós-Edital

Simulado Especial

Simulado SEFAZ-RR Técnico de Tributos Estaduais

Nome:

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do SEFAZ-RR;
- 2 – A prova contém **100 itens** que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora, com 05 alternativas;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-23-10>

01 – A B C D E	31 – A B C D E	61 – A B C D E	91 – A B C D E
02 – A B C D E	32 – A B C D E	62 – A B C D E	92 – A B C D E
03 – A B C D E	33 – A B C D E	63 – A B C D E	93 – A B C D E
04 – A B C D E	34 – A B C D E	64 – A B C D E	94 – A B C D E
05 – A B C D E	35 – A B C D E	65 – A B C D E	95 – A B C D E
06 – A B C D E	36 – A B C D E	66 – A B C D E	96 – A B C D E
07 – A B C D E	37 – A B C D E	67 – A B C D E	97 – A B C D E
08 – A B C D E	38 – A B C D E	68 – A B C D E	98 – A B C D E
09 – A B C D E	39 – A B C D E	69 – A B C D E	99 – A B C D E
10 – A B C D E	40 – A B C D E	70 – A B C D E	100 – A B C D E
11 – A B C D E	41 – A B C D E	71 – A B C D E	
12 – A B C D E	42 – A B C D E	72 – A B C D E	
13 – A B C D E	43 – A B C D E	73 – A B C D E	
14 – A B C D E	44 – A B C D E	74 – A B C D E	
15 – A B C D E	45 – A B C D E	75 – A B C D E	
16 – A B C D E	46 – A B C D E	76 – A B C D E	
17 – A B C D E	47 – A B C D E	77 – A B C D E	
18 – A B C D E	48 – A B C D E	78 – A B C D E	
19 – A B C D E	49 – A B C D E	79 – A B C D E	
20 – A B C D E	50 – A B C D E	80 – A B C D E	
21 – A B C D E	51 – A B C D E	81 – A B C D E	
22 – A B C D E	52 – A B C D E	82 – A B C D E	
23 – A B C D E	53 – A B C D E	83 – A B C D E	
24 – A B C D E	54 – A B C D E	84 – A B C D E	
25 – A B C D E	55 – A B C D E	85 – A B C D E	
26 – A B C D E	56 – A B C D E	86 – A B C D E	
27 – A B C D E	57 – A B C D E	87 – A B C D E	
28 – A B C D E	58 – A B C D E	88 – A B C D E	
29 – A B C D E	59 – A B C D E	89 – A B C D E	
30 – A B C D E	60 – A B C D E	90 – A B C D E	

LÍNGUA PORTUGUESA

Fabricio Dutra

Augusto dos Anjos notabilizou-se por tematizar a morte e a melancolia, registrando em suas imagens, vazadas num vocabulário áspero e dissonante, o universo da doença e da putrefação. O poeta firmou-se no imaginário de seus críticos e leitores como um homem essencialmente triste, mesmo doente, para quem “*a alegria é uma doença e a tristeza a (sua) única saúde.*”

Mas ele não é apenas isso. O historiador Humberto Nóbrega foi o primeiro a chamar a atenção para o “*outro lado*” do poeta, representado basicamente pelos poemas, sonetos e quadras que ele publicou no jornalzinho paraibano ***Nonevar***, que circulava nas noites de festa dedicadas a Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade.

Os versos que aparecem nas edições do ***Nonevar*** foram compostos com a mesma disposição frívola com que se participa de eventos mundanos. Ou, se ditados por algum tipo de necessidade, terá sido uma necessidade bem diversa da que preside, ou determina, a criação propriamente literária. É curioso, quanto a esse ponto, ler a carta que Augusto dirige à sua mãe, em 25 de julho de 1907. A certa altura, ele pede permissão para continuar na província por mais alguns dias, uma vez que foi “... *convidado para constituir uma das principais partes colaboradoras de um jornalzinho elegante que se propõe a ser a delícia espiritual do novenário festivo.*” A seguir, faz a honesta ressalva de que esse jornal, “*através do pretexto literário que o recomenda, esconde intuições puramente financeiros.*” Mas também reconhece com pragmatismo que, após os festejos, em razão mesmo desses intuições, “*(poderá) recolher às (suas) arcas particulares de bacharel necessitado alguma pecúnia consoladora.*”

Mesmo destoando do conjunto da obra, compostos sem maiores pretensões e, sem nenhuma dúvida, apresentando menor valor estético, os versos dados a público no ***Nonevar*** têm particularidades que interessam a quem estuda a poesia de Augusto dos Anjos. Além de revelarem penetração e originalidade, testemunham quanto certas ideias ou imagens lhe obsediam a consciência. É como se o autor variasse de tema, ou mais propriamente de contexto, voltando-se para o lado superficial da vida – mas preservasse, com voluntária “*inadequação*”, vocábulos, imagens e construções que lhe serviram para expressar o amargor, a melancolia, a intensidade da sua angústia ética e existencial.

No poema com que abre o ***Nonevar***, de 1908, o poeta parece destacar o propósito humorístico de tais composições: “...*sou Rabelais que ri/ E arrebenta com o riso a máscara malvada/ com que Deus achincalha a geração inchada/ Dos que trazem no sangue a herança de algum*

mal.” Note-se que, nesses versos, tanto pelo vocabulário quanto pelo núcleo ideativo, parecem fundir-se passagens, respectivamente, de “*Os doentes*” e de “*As cismas do Destino*”.

É nos perfis de amigos, políticos ou demais personalidades da província que melhor se percebe a nota de humor. Com intuito satírico e caricatural, Augusto compõe sonetos e sobretudo quadras – sendo essas, pela estrutura e pela concisão, exemplos de epigramas.

01. Segundo análise presente no início do texto em questão, a obra de Augusto dos Anjos poderia ser resumida em alguns termos. Das opções abaixo, a que mais representa o é:

- a) remorso
- b) melancolia
- c) nascimento
- d) propensão
- e) desarranjo

02. “... *convidado para constituir uma das principais partes colaboradoras de um jornalzinho elegante que se propõe a ser a delícia espiritual do novenário festivo.*”

O diminutivo do termo destacado acima expressa:

- a) desprezo
- b) dimensão
- c) desimportância
- d) afeto
- e) tamanho

03. Os versos que aparecem nas edições do ***Nonevar*** foram compostos com a mesma disposição frívola com que se participa de eventos mundanos.

No trecho acima, os termos destacados são, respectivamente:

- a) pronome indefinido e pronome relativo
- b) conjunção integrante e pronome relativo
- c) pronome relativo e conjunção integrante
- d) conjunção integrante e conjunção integrante
- e) pronome relativo e pronome relativo

04. Note-se que, nesses versos, tanto pelo vocabulário quanto pelo núcleo ideativo, parecem fundir-se passagens

A oração destacada pode ser classificada corretamente como:

- a) oração subordinada substantiva subjetiva
- b) oração subordinada substantiva objetiva direta
- c) oração subordinada adjetiva restritiva
- d) oração subordinada substantiva completiva nominal
- e) oração principal

05. É nos perfis de amigos, políticos ou demais personalidades da província que melhor se percebe a nota de humor.

A vírgula acima foi utilizada para:

- a) isolar adjunto adverbial deslocado
- b) isolar expressão explicativa
- c) separar itens coordenados
- d) isolar o aposto
- e) isolar o predicativo

06. I. Mesmo destoando do conjunto da obra...

II. Dos que trazem no sangue a herança de algum mal.

Nos excertos acima, os termos destacados são, sintaticamente:

- a) complemento nominal e adjunto adnominal
- b) adjunto adnominal e complemento nominal
- c) complemento nominal e objeto indireto
- d) objeto indireto e agente da passiva
- e) objeto indireto e adjunto adnominal

07. Com intuito satírico e caricatural, Augusto compõe sonetos e sobretudo quadras – sendo essas, pela estrutura e pela concisão, exemplos de epigramas.

O termo destacado acima pode ser substituído por:

- a) contrariamente
- b) especialmente
- c) sob
- d) integralmente
- e) referencialmente

08. No poema com que abre o *Nonevar*, de 1908, o poeta parece destacar o propósito humorístico de tais composições:

A expressão destacada acima pode ser corretamente substituída por:

- a) onde
- b) pelo qual
- c) com a qual
- d) com os quais
- e) com o qual

MATEMÁTICA

Carlos Henrique

09. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00
- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

10. Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

- a) R\$ 12.862,00
- b) R\$ 12.750,00
- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 12.550,00
- e) R\$ 12.535,00

11. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

12. Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Os valores de p que fazem com que A e B sejam mutuamente exclusivos e A e B sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,5

13. Mariana, uma funcionária do Banco do Brasil, realizou uma pesquisa entre a relação do clientes que entram em uma agência bancária (x) e o número vendas de seguros em um dia qualquer (y). Mariana descobriu que o coeficiente de correlação linear de Pearson das duas variáveis é 0,8, enquanto que os desvios padrões das variáveis x e y são, respectivamente, 4 e 5. Logo, podemos concluir que o desvio padrão da diferença entre as variáveis x e y é:

- a) 2
- b) 3
- c) 4
- d) 5
- e) 6

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

14. Acerca dos princípios fundamentais, assinale a alternativa incorreta:

- a) A soberania, um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, não deve ser interpretada de forma absoluta, uma vez que há uma prevalência dos direitos humanos frente às normas e decisões elaboradas pelo Estado brasileiro.
- b) A previsão da cidadania como fundamento do Estado brasileiro exige que o Poder Público incentive a participação popular nas decisões políticas do Estado, nela esgotando-se.
- c) O fundamento da dignidade da pessoa humana, consiste em um valor constitucional supremo, compreendendo-se entre os deveres do Estado o de respeito, proteção e promoção aos indivíduos.
- d) A concessão de asilo político constitui ato discricionário do Presidente da República, incumbido de sua função de Chefe de Estado e não impede posterior extradição.
- e) A igualdade entre os Estados, um dos princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, classifica-se como formal, legislativa, política, mas não material.

15. A respeito do habeas corpus e do habeas data, assinale a alternativa correta.

- a) Conceder-se-á habeas data para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- b) Não são gratuitas as ações de habeas corpus.
- c) O habeas data deve ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional.
- d) O habeas corpus deve ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.
- e) Qualquer cidadão é parte legítima para propor habeas data que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

16. A respeito da Constituição Federal e seus direitos sociais, marque o item correto. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) A irredutibilidade do salário, ainda que disposto em convenção ou acordo coletivo.
- b) O décimo terceiro salário, calculado em 50% sobre o valor da remuneração
- c) A participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, direito esse não extensível aos trabalhadores domésticos.
- d) A proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa.
- e) O salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa e média renda nos termos da lei.

17. A respeito do federalismo no Brasil, assinale a alternativa incorreta:

- a) A República, forma de governo adotada pelo Brasil, é considerada um princípio sensível, posto que sua violação importa intervenção federal.
- b) O Federalismo, forma de estado adotado pelo Brasil, é classificado como por desagregação ou segregação.
- c) O Federalismo brasileiro caracteriza-se como dual, visto que há uma rígida separação de competências entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) Devido a existência de uma heterogeneidade entre os entes que compõem a Federação brasileira, a União pode-lhes conferir um tratamento diferenciado.
- e) A forma de governo adotada pelo Brasil, não é cláusula pétrea expressa na Constituição Federal de 1988.

18. A competência constitucional para legislar sobre direito tributário é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) O estado somente pode legislar sobre a matéria, em caráter suplementar, após a edição de normas gerais pela União;
- b) O estado somente pode legislar sobre a matéria caso a competência lhe seja delegada em lei complementar editada pela União;
- c) O estado pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União revoga a lei estadual no que lhe for contrário;
- d) O estado pode exercer a competência plena, e a posterior edição de normas gerais pela União suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário;
- e) O estado pode exercer a competência plena e as normas gerais posteriormente editadas pela União não produzirão efeitos, caso colidam com a lei estadual.

19. Referente ao Título VIII, da Ordem Social da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) Serão isentas de contribuição para a seguridade social todas as entidades de assistência social.
- b) Os benefícios ou serviços da seguridade social poderão ser criados, majorados ou estendidos sem a correspondente fonte de custeio total.
- c) A pessoa jurídica em débito com o sistema da seguridade social, como estabelecido em lei, poderá contratar com o poder público e dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios.
- d) A respeito da Ordem Social, o Estado exercerá a função de planejamento das políticas sociais, assegurada, na forma da lei, a participação da sociedade nos processos de formulação, de monitoramento, de controle e de avaliação dessas políticas.
- e) A gestão administrativa da seguridade social deve ser tripartite, ou seja, formada por trabalhadores, empregadores e governo.

20. Sobre o direito ao Meio Ambiente, previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Classifica-se como direito fundamental de 2ª geração.
- b) É bem de uso comum do povo, dessa forma os bens ambientais devem ser garantidos de forma gratuita.
- c) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- d) Incumbe ao Poder Público promover a educação ambiental nas escolas públicas de ensino fundamental;
- e) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense, a caatinga e o cerrado são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

21. Em relação ao índio, assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.
 - b) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter temporário, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
 - c) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.
 - d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua propriedade permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.
 - e) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e disponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- 22.** De acordo com a Constituição Federal, no caso do ICMS, é facultado ao Senado Federal estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução aprovada com o quórum mínimo de:
- a) um terço dos presentes na sessão.
 - b) dois terços de seus membros.
 - c) Três quintos de seus membros.
 - d) maioria absoluta de seus membros.
 - e) maioria dos presentes na sessão.

23. O tributo conhecido por ITR é da competência tributária

- a) do Município, apenas.
- b) da União, apenas.
- c) da União e do Município.
- d) dos Estados e Municípios.
- e) Do Estado, apenas.

24. A respeito dos impostos dos Estados e do Distrito Federal, assinale a afirmativa incorreta.

- a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- b) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo e utilização.
- c) Cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- d) O imposto sobre a propriedade de veículos automotores terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal.
- e) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;

25. Quanto às finanças públicas e suas disposições constitucionais, assinale a opção correta.

- a) A Lei Orçamentária Anual é peça que contém a previsão de receitas e a fixação das despesas públicas para um exercício financeiro, além de dispor acerca de alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- b) O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- c) O plano plurianual deve espelhar o planejamento das atividades governamentais, estabelecendo, de forma nacional, as diretrizes, objetivos e metas da Administração.
- d) A Lei de Diretrizes Orçamentárias deve conter o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas em que a União detém, apenas diretamente, a maioria do capital social e o orçamento da seguridade social.
- e) O princípio da exclusividade impede que a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o plano plurianual contenham dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, excetuando-se a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

26. Acerca dos princípios explícitos e implícitos da Administração Pública brasileira, analise as alternativas e aponte a CORRETA:

- a) Às entidades integrantes da Administração indireta que se submetem ao regime jurídico de direito privado e estão inseridas no desempenho de atividades econômicas não se aplica o princípio da publicidade.
- b) É terminantemente proibido que os gestores públicos, quando da publicação de suas obras e feitos, faça referência ao seu próprio nome. Do contrário, quem o fizer está infringindo diretamente o princípio constitucional da publicidade.
- c) O princípio da indisponibilidade do interesse público sobre o privado serve de fundamento para a utilização compulsória de equipamentos, recursos humanos e materiais da empresa contratada e empregados na execução do contrato, quando este tiver sido rescindido unilateralmente.
- d) A exemplo dos princípios da legalidade e moralidade, os demais princípios dependem de legislações específicas para serem efetivamente aplicados no âmbito da Administração Pública.
- e) Quando da imposição de restrições de direitos individuais, em decorrência do exercício do poder de polícia, deve-se observar o princípio da proporcionalidade, contribuindo, dessa forma, para que a ação da Administração Pública não extrapole os limites razoáveis e necessários para a preservação do interesse público envolvido.

27. Acerca da organização da Administração Pública, é correto afirmar que

- a) os serviços sociais autônomos, mais conhecidos como "Sistema S", não integram a Administração Pública brasileira.
- b) os consórcios públicos nada mais são do que uma espécie de contrato entre empresas privadas e a Administração Pública para a prestação de um serviço público delegado.
- c) ao acompanhar a atividade de uma sociedade de economia mista com a finalidade de assegurar que não está fugindo de seu campo de atuação, a Administração Pública Direta estará exercendo uma espécie de poder hierárquico, em razão do controle de tutela.
- d) a criação de uma autarquia, pessoa jurídica de direito público, se dá por meio da desconcentração administrativa.
- e) as empresas públicas, assim como as autarquias, pertencem à Administração indireta e possuem personalidade jurídica de direito privado.

28. Assinale a afirmativa correta sobre os poderes administrativos.

- a) A discricionariedade da licença para construir, por exemplo, concede à Administração Pública a prerrogativa de revogá-la sempre que o interesse público o exigir.
- b) Expedidas com fundamento no poder de polícia, a autorização e a licença são medidas consideradas repressivas.
- c) Não há discricionariedade no poder disciplinar.
- d) A polícia judiciária incide sobre pessoas e atua com fundamento no Direito Penal e Direito Processual Penal, enquanto a polícia administrativa encontra fundamento na legislação administrativa.
- e) A aplicação de multa a concessionário ou permissionário de serviço público não encontra fundamento no poder disciplinar.

29. A respeito dos atos administrativo, a licença é considerada um ato

- a) enunciativo.
- b) ordinatório.
- c) negocial.
- d) normativo.
- e) discricionário.

30. No que se refere aos agentes públicos, é correto afirmar que

- a) independentemente de autorização do servidor ou de processo administrativo anterior, poderá ser efetuado desconto em folha de pagamento de servidor público, referente a ressarcimento ao erário, conforme entendimento do STJ.
- b) uma vez aprovado em um concurso público, o pretenso candidato deverá se atentar que a verificação de aptidão física e mental precede a sua nomeação.
- c) desde que não haja vedação expressa no edital, poderá a banca examinadora de concurso público exigir em questão da prova conhecimento de legislação superveniente à publicação deste.
- d) a CF não admite a acumulação de cargos ou empregos públicos.
- e) a aposentadoria compulsória também se aplica aos servidores públicos que ocupem exclusivamente cargo em comissão.

31. De acordo com a Lei nº 8.429/92, descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela Administração Pública com entidades privadas

- a) é um ato de improbidade administrativa que causa enriquecimento ilícito
- b) é um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- c) é um ato atentatório à dignidade da administração pública.
- d) não é considerado ato ilegal.
- e) é um ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário.

32. Com base no disposto na Lei nº 9.784/1999, bem como no que se refere a ato administrativo, julgue os itens seguintes e aponte a assertiva correta.

- a) O ato administrativo discricionário, praticado por agente incompetente, dever ser revogado pela administração.
- b) É permitido delegar a edição de atos de caráter normativo.
- c) O prazo para a interposição de recurso administrativo é de 15 dias, contados a partir da data da intimação do interessado.
- d) A administração deve revogar de ofício os atos administrativos se verificar a existência de ilegalidade ou indícios de desvio de finalidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada a apreciação judicial.
- e) No caso de ser obrigatória a emissão de parecer vinculante, não sendo ele emitido no prazo de quinze dias, o processo não terá seguimento até a apresentação desse parecer, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

33. No que diz respeito aos atos editados pela Administração Pública, julgue os itens a seguir e marque a alternativa correta.

- a) Ato administrativo constitui ato jurídico perfeito e, por essa razão, o seu questionamento judicial é vedado.
- b) A administração pública poderá revogar atos administrativos que possuam vício que os torne ilegais, ainda que o ato revogatório não tenha sido determinado pelo Poder Judiciário.
- c) Para anular ato administrativo que tenha impacto em direito individual, a administração tem de observar o devido processo legal.
- d) Em razão do exercício da sua prerrogativa de autotutela, a administração poderá revogar seus atos administrativos válidos, com efeitos ex tunc.
- e) O ato administrativo praticado por agente público no exercício de sua função é dotado de presunção absoluta de veracidade.

34. Quanto ao poder de polícia, indique a alternativa correta.

- a) O poder de polícia é o instrumento de que dispõe a Administração Pública para controlar os abusos de direito cometidos pelos seus agentes.
- b) O poder de polícia pode ser delegado para particulares.
- c) A aplicação de multa a um motorista que estaciona em local proibido consiste em manifestação do poder de polícia.
- d) O poder de polícia é sempre vinculado.
- e) Embora no exercício do poder de polícia a Administração possa condicionar o exercício de um direito individual, não poderá condicionar o direito de propriedade.

35. Com fundamento nas orientações contidas na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), assinale a alternativa correta.

- a) Das decisões que indeferem o acesso a informações requeridas caberá recurso, a ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência do interessado.
- b) O serviço de busca e informação será gratuito em qualquer caso, uma vez que se trata de atividade de interesse público.
- c) A classificação do sigilo de informações, no âmbito da administração pública federal, como ultrassecreta, será de competência exclusiva do chefe do executivo.
- d) O amplo acesso à informação comprehende também as informações relativas à qualquer projeto de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico.
- e) A restrição sobre uma informação sigilosa classificada como reservada perdura por no máximo 5 (cinco) anos.

36. No que se refere aos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) os efeitos produzidos pela revogação do ato administrativo são ex tunc.
- b) a anulação é a supressão de um ato discricionário legítimo e eficaz, realizada pela Administração.
- c) a Administração pode revogar seus atos por razões de interesse público, devendo anulá-los quando eivados de vícios que os tornem ilegais.
- d) a Administração apenas tem a prerrogativa de anular o ato administrativo.
- e) a Administração Pública poderá anular seus próprios atos, por motivo de oportunidade e conveniência.

37. Doquinha, Técnico de Tributos da SEFAZ RR, responde judicialmente a ação de improbidade administrativa por, supostamente, ter praticado conduta dolosa que se enquadra legalmente como enriquecimento ilícito. Nesse caso, Doquinha está sujeito à pena

- de suspensão de direitos políticos por até
- a) 8 anos
 - b) 10 anos
 - c) 4 anos
 - d) 14 anos
 - e) 12 anos

DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

- 38.** Acerca do empresário, assinale a afirmativa correta.
- a) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, antes do início de sua atividade.
 - b) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade de natureza científica.
 - c) Poderá o incapaz constituir empresa por meio de representante ou devidamente assistido.
 - d) Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, ainda que o exercício da profissão constitua elemento de empresa.
 - e) O empresário casado pode, sem necessidade de outorga conjugal, qualquer que seja o regime de bens, alienar os imóveis que integrem o patrimônio da empresa ou gravá-los de ônus real.
- 39.** Acerca do capital social da sociedade limitada, é correto afirmar:
- a) divide-se em ações.
 - b) divide-se em quotas, iguais ou desiguais.
 - c) divide-se em quotas iguais, vedada as desiguais.
 - d) divide-se em ações, iguais ou desiguais.
 - e) é vedado ao sócio possuir mais de uma quota.
- 40.** A operação da qual resultará na extinção das sociedades que se unem, para formar sociedade nova, que a elas sucederá nos direitos e obrigações é denominada:
- a) Incorporação.
 - b) Transformação.
 - c) Fusão.
 - d) Falência.
 - e) Cisão.

41. São direitos essenciais dos acionistas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, exceto:

- a) direito de voto.
- b) fiscalizar a gestão dos negócios sociais.
- c) participar do acervo da companhia, em caso de liquidação.
- d) retirar-se da sociedade nos casos previstos em lei.
- e) participar dos lucros sociais.

DIREITO CIVIL

Mário Godoy

- 42.** Com relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.
- a) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a equidade.
 - b) A lei do país da nacionalidade da pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
 - c) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do lugar da celebração do casamento.
 - d) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.
 - e) A lei do último domicílio do *de cuius* regula a capacidade para suceder.

43. Com relação às associações e fundações, assinale a alternativa correta.

- a) Não há, entre associados, direitos e obrigações recíprocos.
- b) A qualidade de associado é transmissível a terceiros, se o estatuto não dispuser o contrário.
- c) Compete privativamente à assembleia geral da associação excluir associado e alterar o estatuto.
- d) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, de se outro modo não dispuser o instituidor, incorporados ao Município onde estiver sediada.
- e) Para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a entidade.

44. Com relação à prescrição e decadência, assinale a alternativa correta.

- a) Violado o direito, nasce para o titular a ação, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem o Código Civil.
- b) A exceção não se sujeita a prazo prescricional.
- c) Não corre prescrição pendendo condição resolutiva.
- d) Aplicam-se à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- e) Não correm nem prescrição nem decadência contra os absolutamente incapazes.

45. Com relação à responsabilidade civil, assinale a alternativa correta.

- a) Os pais respondem pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e companhia, desde que provada sua culpa *in vigilando* na fiscalização destes.
- b) O dono, ou detentor do animal, ressarcirá o dano por este causado, se não provar culpa da vítima ou força maior.
- c) A indenização mede-se pela extensão do dano, ainda que haja excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano.
- d) Se autor e vítima forem culpados pelo evento danoso, ocorrerá compensação de culpas, o que impede a propositura de ação reparatória contra o primeiro.
- e) Em caso de homicídio, a indenização consiste, sem excluir outras reparações, na prestação de alimentos a quem o morto os devia, até que este atinja a maioridade civil.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

46. No que diz respeito à aplicação da lei penal no direito brasileiro, o ordenamento pátrio vigente estabelece que

- a) em qualquer fase do processo ou mesmo da execução da pena, deve ser imediatamente aplicada a retroatividade da norma que retira a tipicidade de qualquer fato.
- b) a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, exceto se já houve o trânsito em julgado da sentença, hipótese em que a decisão se torna imutável.
- c) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, somente se a sua vigência for anterior ao início da prática delitiva, em razão do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa.
- d) A lei excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado anteriormente à sua vigência desde que não tenha decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
- e) transitada em julgado a sentença condenatória, compete ao Juízo do Conhecimento a aplicação da lei mais benigna.

47. Sobre a aplicação da lei penal no espaço, é correto afirmar que

- a) O território nacional estende-se a embarcações e aeronaves brasileira de natureza pública, desde que se encontrem no espaço aéreo brasileiro ou em alto-mar.
- b) o Código Penal adotou o princípio da territorialidade, em relação à aplicação da lei penal no espaço. Tal princípio é absoluto, não admitindo qualquer exceção.
- c) Considera-se lugar do crime, apenas onde o sujeito praticou a conduta, no todo ou em parte, de acordo com a teoria da ubiquidade.
- d) ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a vida ou a liberdade do Presidente ou do Vice-Presidente da República.
- e) Aplica-se a lei penal brasileira, embora cometido no estrangeiro, ao crime cometido no estrangeiro contra a administração pública, por quem está a seu serviço;

48. De acordo com as excludentes de antijuridicidade genéricas, estabelece o Código Penal que

- a) a legítima defesa pode ser arguida por quem repele agressão pretérita, desde que injusta.
- b) a agressão a direito de outrem não possibilita o exercício da legítima defesa.
- c) quem tem o dever legal de enfrentar o perigo não pode alegar estado de necessidade.
- d) é possível a invocação do estado de necessidade mesmo para aquele que tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- e) entende-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar.

49. Com relação aos crimes contra a fé pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Caracteriza crime de falsidade ideológica, omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- b) Se a fraude em certames de interesse público é cometida por funcionário público não é considerada causa de aumento de pena.
- c) O crime de falsificação de documento público (art. 297, do CP) não é próprio de funcionário público.
- d) Os crimes de falso reconhecimento de firma ou letra (art. 300, do CP) e de certidão ou atestado ideologicamente falso (art. 301, do CP) são próprios de funcionários públicos.
- e) é tipificado como crime de falsificação de documento público a alteração em livros mercantis de sociedade empresarial.

50. Segundo o Código Penal, a conduta praticada por funcionário público de exigir contribuição social ou tributo que sabe ou deveria saber indevido, constitui crime conhecido como

- a) Concussão.
- b) Prevaricação.
- c) Corrupção passiva privilegiada.
- d) Peculato
- e) Excesso de exação

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

51. Sobre o tema “Provisões” e “Perdas Estimadas no Ativo”, marque a assertiva incorreta.

- a) De acordo com o CPC 25, provisão é um passivo de valor ou prazo incertos.
- b) As perdas estimadas são contas retificadoras do ativo.
- c) A provisão para contingências não se confunde com a reserva para contingências.
- d) Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.
- e) Um passivo contingente deve ser registrado pelo valor justo.

52. Uma empresa contraiu um empréstimo de R\$ 1.000,00. Na transação houve custos de transação de 50,00. No registro da obtenção do empréstimo,

- a) O ativo aumentou R\$ 1.000,00.
- b) O passivo aumentou R\$ 1.000,00.
- c) O PL diminuiu R\$ 50,00.
- d) As aplicações de recursos superaram as origens de recursos em R\$ 50,00.
- e) O resultado do exercício não foi afetado.

53. Marque a alternativa correta.

- a) O pagamento de uma duplicata com desconto é um fato contábil modificativo aumentativo.
- b) O lançamento de segunda fórmula possui mais de uma conta debitada e apenas uma conta creditada.
- c) A conta duplicatas descontadas é uma conta integral, de acordo com a teoria personalista das contas.
- d) A equação fundamental do patrimônio indicada por Ativo + PL = Passivo indica uma situação líquida negativa.
- e) Uma conta retificadora do PL diminui através de débitos.

54. No sistema contábil abaixo apresentado só faltou anotar as receitas do período. Todavia, considerando as regras do método das partidas dobradas, podemos calcular o valor dessas receitas.

Componentes	Valores
Capital	R\$ 130,00
Despesas	R\$ 100,00
Dívidas	R\$ 180,00
Dinheiro	R\$ 110,00
Clientes	R\$ 120,00
Fornecedores	R\$ 135,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 40,00
Máquinas	R\$ 195,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das receitas foi

- a) R\$ 20,00
- b) R\$ 120,00
- c) R\$ 100,00
- d) R\$ 110,00
- e) R\$ 140,00

55. Da leitura atenta dos balanços gerais da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE, levantados em 31.12.21 para publicação, e dos relatórios que os acompanham, podemos observar informações corretas que indicam a existência de:

Capital de Giro no valor de R\$ 200,00

Capital Social no valor de R\$ 500,00

Capital Alheio no valor de R\$ 500,00

Capital Autorizado no valor de R\$ 550,00

Capital a Realizar no valor de R\$ 150,00

Patrimônio Bruto no valor de R\$ 800,00

Capital Integralizado no valor de R\$ 350,00

Reservas de Lucros no valor de R\$ 50,00

Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 100,00

A partir das observações acima, podemos dizer que o valor do Patrimônio Líquido da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE é de

a) R\$ 300,00

b) R\$ 350,00

c) R\$ 400,00

d) R\$ 500,00

e) R\$ 550,00

56. A partir do que dispõe o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

() Passivo é um recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.

() Patrimônio Líquido é uma brigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados.

() Receita é a participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.

A sequência está correta em

a) F, F, V.

b) V, V, F.

c) V, V, V.

d) F, F, F.

e) F, V, F.

57. Apresentamos as contas e saldos constantes do balancete de verificação da Cia. MAVIFOR, em 31.12.21:

Adiantamento de Clientes	R\$ 160,00
Adiantamento a Diretores	R\$ 180,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 200,00
Aluguéis Ativos a Receber	R\$ 100,00
Duplicatas Descontadas	R\$ 120,00
Caixa	R\$ 220,00
Capital Social	R\$ 1.200,00
Clientes	R\$ 460,00
Depreciação Acumulada	R\$ 150,00
Fornecedores	R\$ 500,00
Móveis e Utensílios	R\$ 1.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 120,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 1.500,00
Com as contas listadas, a Cia. MAVIFOR elaborou o Balanço Patrimonial, com um Passivo Exigível no valor de	
a) R\$ 780,00	
b) R\$ 660,00	
c) R\$ 900,00	
d) R\$ 620,00	
e) R\$ 1.080,00	

58. Sobre o tema Escrituração Contábil, marque a alternativa incorreta.

- a) O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.
- b) O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
- c) Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades intrínsecas, tais como, serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado e serem autenticados no registro público competente.
- d) As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.
- e) O estorno consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente.

59. Sobre Sistema de Contas e Plano de Contas, marque V para verdadeiro ou F para falso.

() O rol de contas é um dos elementos do plano de contas, um conjunto de normas destinadas a amparar os registros contábeis de uma instituição.

() O plano de contas deve reunir os elementos necessários para o registro das operações desenvolvidas, as quais podem sofrer variações significativas de uma empresa para outra.

() Elenco de contas e plano de contas são termos sinônimos e constituem a relação de todas as contas utilizadas pela entidade no registro contábil das suas operações.

A sequência está correta em

- a) F, F, V.
- b) V, V, F.
- c) V, V, V.
- d) F, V, V.
- e) F, V, F.

60. A Cia MAVIFOR declarou em 31/12/2021 dividendos no total de R\$ 50.000. Deste montante, R\$ 40.000 representavam o valor do dividendo mínimo obrigatório e o restante era adicional a esse montante.

O registro dos fatos narrados ocasionou:

- a) aumento de R\$ 50.000,00 no Passivo Circulante.
- b) diminuição de R\$ 40.000,00 no Caixa.
- c) diminuição de R\$ 40.000,00 no Patrimônio Líquido.
- d) aumento de R\$ 10.000,00 no Patrimônio Líquido.
- e) não houve alteração no valor total do Patrimônio Líquido.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO AMAPÁ

Eduardo da Rocha e Rafael Rocha

61. Considere uma transmissão causa mortis de um veículo licenciado no estado do Amapá, com valor venal de R\$ 100.000,00. Paulo e Tiago, herdeiros do falecido, residem no estado de Roraima. O autor da herança, no momento do óbito, também era domiciliado no estado de Rondônia, mas seu inventário transcorreu extrajudicialmente no estado do Acre.

Com base na situação acima, pode-se afirmar que:

- a) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido ao Amapá.
- b) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido a Rondônia.
- c) Paulo e Tiago são contribuintes do imposto, que será devido a Roraima.
- d) Considera-se ocorrido o fato gerador do ITCD no momento da abertura do inventário.
- e) Nenhuma das anteriores.

62. Assinale uma transmissão que está amparada por isenção do ITCD, segundo a lei roraimense.

- a) ato de renúncia à herança, quando feito sem ressalva ou condição.
- b) doações recebidas por partidos políticos e templos de qualquer culto.
- c) o legado a funcionário público estadual, de imóvel para o seu próprio uso e de sua prole, desde que não possua nenhum outro.
- d) a propriedade rural de área não superior a 60 (sessenta) hectares, quando for adquirida em virtude de legado, herança ou doação, por trabalhador rural que não possua outro imóvel urbano ou rural.
- e) a doação, cujo valor seja inferior a 500 UFERRS.

63. Dimulé, que era domiciliado no Estado do Rio de Janeiro, lá faleceu e deixou como herança um imóvel localizado no Estado da Bahia e dois veículos licenciados em Roraima a seus três filhos, Didi, Dedé e Dudu, domiciliados nos Estados de Roraima, Rio de Janeiro e São Paulo, respectivamente. A partilha foi feita de acordo com o disposto no Código Civil, acerca da legítima dos herdeiros.

De acordo com a Lei estadual roraimense, nessa situação hipotética, sabendo que o inventário foi processado no Rio de Janeiro, a Secretaria da Fazenda roraimense:

- a) não poderá cobrar ITCD sobre nenhum dos bens transmitidos.
- b) poderá cobrar ITCD apenas sobre os veículos transmitidos, havendo dois fatos geradores.
- c) poderá cobrar ITCD apenas sobre os veículos transmitidos, havendo um fato gerador.
- d) poderá cobrar ITCD sobre todos os bens transmitidos, havendo três fatos geradores.
- e) poderá cobrar ITCD sobre todos os bens transmitidos, havendo um fato gerador.

64. De acordo com a lei nº 72/94, como regra, o prazo para o Procurador expedir Parecer nos processos devidamente saneados é de:

- a) 48 horas.
- b) 3 dias úteis.
- c) 5 dias.
- d) 10 dias.
- e) 15 dias.

65. Com base no decreto nº 856-E/94, pode-se afirmar que membros do Conselho de Recursos Fiscais não são impedidos de discutir e votar nos processos:

- a) de seus parentes até o terceiro grau.
- b) de interesse de empresas de que sejam membros do Conselho.
- c) em que houverem proferido decisão em primeira instância administrativa.
- d) em que tenha sido autor da peça inicial que originou o processo.
- e) caso já tenham votado contra o mesmo sujeito passivo nos últimos 12 meses.

66. De acordo com a lei 72/94, perderá o mandato o membro que deixar de comparecer a:

- a) 3 (três) sessões consecutivas sem motivo justificado.
- b) 5 (cinco) sessões ordinárias alternadas sem motivo justificado.
- c) 4 (quatro) sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado.
- d) 3 (quatro) sessões ordinárias consecutivas sem motivo justificado.
- e) 4 (quatro) sessões alternadas sem motivo justificado.

67. De acordo com o RICMS-RR, assinale a alternativa incorreta:

- a) Considera-se saída do estabelecimento, a mercadoria constante do estoque final, à data do encerramento de suas atividades.
- b) Considera-se saída do estabelecimento do importador, do arrematante ou do adquirente em licitação realizada pelo Poder Público, em Roraima, a mercadoria estrangeira saída da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tenha importado, arrematado ou adquirido.
- c) Considera-se saída do estabelecimento depositante, localizado em Roraima, a mercadoria remetida para armazém geral ou para depósito fechado do próprio contribuinte e entregue, real ou simbolicamente, a estabelecimento diverso daquele que a tenha depositado.
- d) Considera-se saída do estabelecimento do autor da encomenda, dentro de Roraima, a mercadoria que, pelo estabelecimento executor da industrialização, for remetida diretamente a terceiros adquirentes ou estabelecimento diferente daquele que a tiver mandado industrializar, salvo se para novas etapas de industrialização, nos casos previstos no Regulamento.
- e) Considera-se saída do estabelecimento remetente, a reintrodução no mercado interno das mercadorias saídas com destino aos estabelecimentos das empresas comerciais situadas em Roraima, que operem exclusivamente no comércio de exportação e dos armazéns alfandegados e entrepostos aduaneiros, incluindo a hipótese de retorno das mercadorias para o estabelecimento de origem.

68. Acerca das isenções, incentivos e benefícios fiscais do ICMS, julgue os itens em V para verdadeiro ou F para falso e assinale a alternativa correta.

I - As isenções, incentivos e benefícios fiscais do imposto serão concedidos ou revogados mediante lei ordinária.

II – A isenção é extensiva às obrigações acessórias relacionadas com a obrigação principal alcançada pela exoneração fiscal.

III - Quando o reconhecimento do benefício fiscal depender de condição, não sendo esta satisfeita, o imposto será considerado devido no momento de sua apuração mensal.

- a) V – V – V
- b) F – F – F
- c) F – F – V
- d) F – V – F
- e) F – V - V

Enunciado para as questões 69 a 71) A empresa “Vende Tudo”, localizada em Cantá-RR, fabricou e vendeu uma máquina industrial encomendada pela empresa “Compra Tudo”, localizada em Iracema-RR. Os principais fatos dessa operação estão abaixo narrados:

- 1) No dia 01 de fevereiro, as duas empresas começaram as negociações e discutiram preços.
- 2) No dia 03 de março, a empresa “Vende Tudo” fechou contrato para a venda da máquina industrial para o ativo Fixo da “Compra Tudo”. Os valores acertados foram:
 - 2.1) Máquina: R\$ 200.000,00
 - 2.2) Frete por conta da “Vende Tudo”, destacado no documento fiscal: R\$ 20.000,00
- 3) Suponha que houve IPI na operação de R\$ 20.000,00.
- 4) A máquina ficou pronta e saiu do estabelecimento no dia 25 de abril.
- 5) A entrega e a instalação foram realizadas no mesmo dia, 04 de maio.
- 7) Houve desconto condicionado de R\$ 3.000.

69. A base de cálculo do ICMS é de

- a) R\$ 250.000,00.
- b) R\$ 251.000,00.
- c) R\$ 240.000,00.
- d) R\$ 243.000,00.
- e) R\$ 221.000,00.

70. O Fato gerador praticado por “Vende Tudo” ocorreu em

- a) Fevereiro.
- b) Março.
- c) Abril.
- d) Maio.
- e) Junho.

71. A “Compra Tudo” poderá começar a se creditar do ativo permanente em

- a) Fevereiro.
- b) Março.
- c) Abril.
- d) Maio.
- e) Junho.

72. De acordo com o texto da Lei Complementar nº87/1996, assinale a alternativa que contenha as expressões que completam corretamente o texto a seguir:

É assegurado ao contribuinte _____ o direito à restituição do valor do imposto pago por força da substituição tributária, correspondente ao fato gerador presumido que não se realizar. Formulado o pedido de restituição e não havendo deliberação no prazo de _____ dias, o contribuinte _____ poderá se creditar, em sua escrita fiscal, do valor objeto do pedido, devidamente atualizado segundo os mesmos critérios aplicáveis ao tributo.

Sobrevindo decisão contrária irrecorrível, o contribuinte _____, no prazo de _____ dias da respectiva notificação, procederá ao estorno dos créditos lançados, também devidamente atualizados, com o pagamento dos acréscimos legais cabíveis.

- a) substituto / sessenta/ substituto/ substituto / trinta
- b) substituído/ noventa/ substituído/ substituído/ quinze
- c) substituído/ sessenta/ substituído/ substituto/ quinze
- d) substituto/ noventa/ substituído/ substituído/ trinta
- e) substituído/ trinta/ substituído/ substituto/ quinze

73. Considere que um contribuinte de Pacaraima-RR remeta mercadoria sujeita a substituição tributária a revendedor localizado no mesmo Estado. Suponha que:

- 1) O valor da mercadoria seja de R\$10.000,00;
- 2) O IPI seja de R\$ 2.000,00;
- 3) A MVA (margem de valor agregado) seja de 50%;
- 4) A mercadoria esteja sujeita à alíquota interna de 12%;
- 5) O frete na operação seja de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente; e
- 6) Haja seguro da mercadoria no valor de R\$ 1.000,00, cobrado pelo remetente.

O valor do ICMS a ser retido por substituição pela empresa substituta é

- a) Menor ou igual a R\$ 800,00
- b) Entre R\$ 800,00 e R\$ 950,00
- c) Entre R\$ 950,00 e R\$ 1.100,00
- d) Entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.250,00
- e) Maior que R\$ 1.250,00

74. Considerando as disposições da Lei Estadual nº 59/1993, Código Tributário do Estado de Roraima, a respeito da possibilidade de concessão de isenção do pagamento do IPVA para pessoas com autismo ou deficiência, assinale a opção incorreta:

- a) É isento do pagamento do IPVA veículo de propriedade do representante legal de pessoa autista, adaptado ou não, para possibilitar sua utilização pelo deficiente, limitado a um veículo por proprietário.
- b) Para o reconhecimento da isenção, o interessado deverá apresentar laudo de perícia médica ou de avaliação, emitido por clínica credenciada pelo DETRAN ou por unidade de saúde cadastrada no SUS, que ateste sua deficiência física ou mental.
- c) A condição de pessoa portadora de deficiência mental severa ou profunda, bem como, de autista será atestada conforme critérios e requisitos definidos pelo Poder Executivo.
- d) O direito à aquisição do veículo com benefício da isenção por portador de deficiência física, só poderá ser exercida apenas 01 (uma) vez a cada 03 (três) anos.
- e) Caso o portador de deficiência ou o autista, beneficiário da isenção, não seja o condutor do veículo, por qualquer motivo, o veículo deverá ser dirigido por condutor autorizado pelo requerente, conforme identificação.

75. Com base na Lei Estadual nº 59/1993, Código Tributário do Estado de Roraima, analise a situação hipotética abaixo.

Dimalandro, pescador profissional, possui uma embarcação de pequeno porte e a utiliza em sua atividade pesqueira.

No aspecto do imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA), é correto afirmar que se trata de uma hipótese de:

- a) tributação.
- b) não incidência.
- c) isenção.
- d) redução de base de cálculo.
- e) imunidade tributária.

76. Com base no Ajuste SINIEF 9/2007, após a concessão da Autorização de Uso do CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico), desde que não tenha iniciado a prestação de serviço de transporte, assinale a alternativa que indica o prazo máximo em que o emitente poderá solicitar o cancelamento do CT-e:

- a) 48 horas.
- b) 72 horas.
- c) 120 horas.
- d) 168 horas.
- e) 180 horas.

77. De acordo com a Lei nº 59 de 28/12/1993, a base de cálculo do IPVA é o valor venal do veículo automotor. Para a fixação do valor venal serão levados em consideração alguns fatores descritos abaixo, à exceção de um. Identifique-o:

- a) O modelo.
- b) O tipo de combustível.
- c) O ano de fabricação.
- d) A procedência do veículo.
- e) O estado de conservação.

78. As taxas previstas na lei 59/93 têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, a utilização efetiva ou potencial, de serviço específico e divisível prestado ao contribuinte, ou posto à sua disposição pelo Estado de Roraima. A falta de pagamento das taxas, apurada através de ação fiscal, acarretará a aplicação de multa, calculada sobre o valor da taxa devida no percentual de

- a) 20%.
- b) 50%.
- c) 70%.
- d) 90%.
- e) 100%.

79. Acerca da Contribuição de Melhoria, julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I. A base de cálculo da Contribuição de Melhoria será a valorização imobiliária decorrente da execução da obra, determinada pela diferença entre o valor do imóvel antes da obra pública e o posterior àquela.

II. Contribuinte do tributo é o proprietário do imóvel ao tempo de seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

III. Quando houver condomínio, quer de simples terreno, quer de terreno e edificação, a contribuição será lançada em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de sua quota.

a) Estão corretos os itens I e III, apenas.

b) Estão corretos os itens I e II, apenas.

c) Estão corretos os itens II e III, apenas.

d) Estão corretos os itens I, II e III.

e) Está correto o item I, apenas.

80. A lei 25/92 institui benefícios fiscais. Analise os itens abaixo:

I - energia elétrica.

II - armas.

III – fumo.

IV - bebidas alcoólicas.

V - automóveis de passageiros.

VI - perfumes.

Ficam excluídos dos benefícios da lei 25/92:

a) todos os itens acima.

b) 2 itens, apenas.

c) 3 itens, apenas.

d) 4 itens, apenas.

e) 5 itens, apenas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Fernando Mauricio

81. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

a) II.

b) I e III.

c) I e II.

d) I, II e III.

e) I.

82. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.

b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.

c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.

d) possui como limite total a despesa realizada.

e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

83. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

84. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

85. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

86. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

87. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- c) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

88. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

89. O Prefeito de Boa Vista, por meio de Decreto publicado em 20 de dezembro de 2021, alterou a base de cálculo do IPTU para incorporar a ela a atualização do valor monetário, conforme os índices oficiais de correção.

Sobre esta alteração de base de cálculo, assinale a afirmativa correta.

- a) Somente pode ser feita através de lei, e terá eficácia imediata a partir da data em que esta lei tenha sido publicada.
- b) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia após decorridos noventa dias da data em que a lei tenha sido publicada.
- c) Somente pode ser feita através de lei, e somente terá eficácia no exercício financeiro seguinte àquele em que a lei tenha sido publicada.
- d) Embora possa ser feita mediante Decreto, somente terá eficácia depois de decorridos noventa dias da data em que o Decreto tenha sido publicado.
- e) Não é considerada majoração de tributo para fins de aplicação do princípio da reserva legal em sentido estrito.

90. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

91. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

- I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.
- II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

92. As opções a seguir apresentam os efeitos da Concessão de Medida Liminar em Mandado de Segurança, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Impedir a propositura da ação de execução fiscal.
- b) Afastar a situação de inadimplência, possibilitando a expedição de certidão positiva com efeitos de negativa.
- c) Suspender o curso do prazo prescricional.
- d) Impedir o lançamento do crédito tributário.
- e) Suspender a inscrição no CADIN (Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados de Órgãos e Entidades Federais).

93. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

94. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva às taxas e às contribuições de melhoria; e nem aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

95. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

96. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda
- II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

97. Além de outras informações, o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e do seu cônjuge ou companheiro, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outro.
- b) a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos.
- c) a existência de indícios de crime contra a ordem tributária na origem da dívida.
- d) a data em que houve a ocorrência do fato gerador do tributo.
- e) o número do processo judicial de que se originar o crédito.

98. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

- I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.
- II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.
- III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

99. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

- I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.
- II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.
- III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

100. Possui o mesmo efeito previsto para a Certidão Negativa, exceto:

- a) A certidão que conste a existência de créditos parcelados.
- b) A certidão que conste a existência de créditos não vencidos.
- c) A certidão que conste a existência de créditos objeto de recurso administrativo.
- d) A certidão que conste a existência de créditos em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora.
- e) A certidão que conste a existência de créditos objeto de reclamação judicial.

Preencha o gabarito

[**https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-23-10**](https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-RR-23-10)

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>